

A China e a armadilha da dívida: entre a narrativa e as mudanças sistêmicas

China and the debt trap: between narrative and systemic changes

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.136340>

Diego Pautasso

Colégio Militar de Porto Alegre, Porto Alegre, Brasil

dgpautasso@gmail.com 

Isis Paris Maia

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil

isisparismaia@gmail.com 

Resumo

A armadilha da dívida (*debt trap*), conceito criado por Brahma Chellaney, atribuiu à China a responsabilidade por financiar grandes projetos de infraestruturas em países periféricos e depois, em função do endividamento, estabelecer um ciclo vicioso de dependência. Metodologicamente, buscamos as palavras “*China debt trap*” em quatro veículos de mídia estadunidense - *Washington Post*, *New York Times*, *CNN* e *Associated Press* - e confrontamos com uma revisão de literatura no portal CAPES-Cafe sobre a temática. Trata-se de compreender a narrativa difundida pelo poder multimidiático estadunidense para localizar suas origens e contradições. Essa abordagem comparativa contribuiu para elucidar como os Estados Unidos mobilizam o poder multimidiático para que esse léxico e gramática subsidie suas doutrinas e política internacional. Nesse sentido, o principal achado é a genealogia por detrás do conceito (Armadilha da dívida) e como este é parte do conjunto de políticas antichinesas voltadas a interditar a ascensão da China num quadro de transição sistêmica.

Palavras-chave: China; Armadilha da Dívida; EUA; Políticas antichinesas.

Abstract

The *debt trap*, a concept created by Brahma Chellaney, attributed responsibility to China for financing large infrastructure projects in peripheral countries and then, due to the debt, establishing a vicious cycle of dependence. Methodologically, we searched for the words “*China debt trap*” in four American media outlets - *Washington Post*, *New York Times*, *CNN* and *Associated Press* - and compared them with a literature review on the CAPES-Cafe portal on the topic. It is about understanding the narrative disseminated by American multimedia power to locate its origins and contradictions. This comparative approach contributed to elucidating how the United States mobilizes multimedia power so that this lexicon and grammar subsidizes its doctrines and international policy. In this sense, the main finding is the genealogy behind the concept (*debt trap*) and how it is part of the set of anti-Chinese policies aimed at interdicting the rise of China within a framework of systemic transition.

Keywords: China; Debt Trap; USA; Anti-Chinese policies.

Recebido: 21 Outubro 2023

Aceito: 17 Julho 2024

Conflitos de interesse: Os autores não reportaram potenciais conflitos de interesse



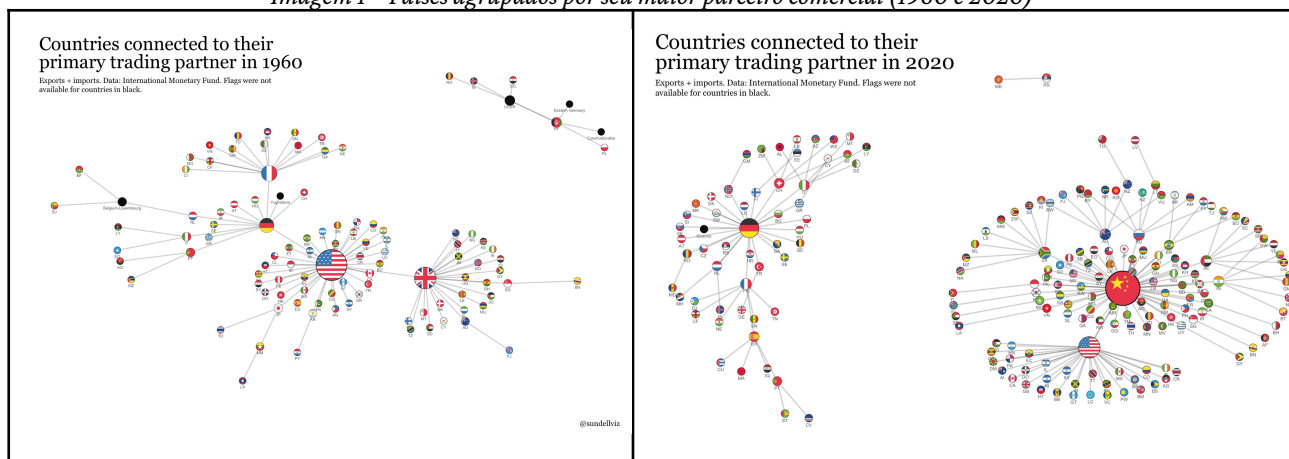
Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilha-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

A acelerada ascensão da China nas últimas décadas tem provocado todo tipo de percepções e reações. Trata-se, inequivocamente, de uma redefinição das forças geoeconômicas e geopolíticas no mundo. E, por óbvio, tais transformações tensionam as estruturas hegemônicas de poder centradas em Washington. Ou seja, os Estados Unidos (EUA), que haviam assumido uma condição de *hegemon* no Pós-Guerra, se deparam com a erosão de seu poder de ordenar o sistema mundial, incluindo a liderança sobre as organizações internacionais, o domínio sobre os instrumentos financeiros globais e a condição de epicentro e vanguarda da economia mundial, em termos produtivos e tecnológicos.

A elite estadunidense se debate para saber como enfrentar a China (BECKLEY; BRANDS, 2022) em função das rápidas mudanças em curso no mundo. O âmbito comercial dá um pouco a dimensão das mudanças geoeconômicas atuais: na virada do século XXI, os EUA ainda eram o maior parceiro comercial de $\frac{1}{4}$ do mundo, atualmente, mais de $\frac{2}{3}$ tem a China como principal parceiro. O efeito gravitacional do comércio (Imagem 1) se reflete no crescente protagonismo de Pequim também nos âmbitos financeiros, diplomáticos e tecnológicos. Vejamos o caso das tecnologias de ponta: segundo relatório *Critical Technology Tracker* do Instituto Australiano de Política Estratégica, a China lidera em 37 das 44 tecnologias críticas que sustentam a economia e a sociedade global, tais como defesa, aeroespacial, robótica, energia, meio ambiente, biotecnologia, inteligência artificial, materiais avançados e áreas-chave de tecnologia quântica.

Imagem 1 – Países agrupados por seu maior parceiro comercial (1960 e 2020)



Fonte: Sundell (2022).

Diante desse quadro, um dos campos de rivalidade tem sido o ideológico, amplamente dominado pelos EUA e seus aliados. A mais recente narrativa antichinesa é a armadilha da dívida (*debt trap*), cujo ideólogo pioneiro foi Brahma Chellaney, ao considerar que a China financia grandes projetos de infraestruturas em países periféricos e depois, em função do endividamento, estabelece seu domínio. Segundo ele, essa dinâmica gera um ciclo vicioso de dependência da China (CHELLANEY, 2017), alimentando as leituras sobre (neo)imperialismo e (neo)colonialismo chinês. Um dado interessante é que seu texto foi publicado no portal *Project Syndicate*, cuja rede de apoiadores incluem *Open Society Foundations*, *Fundação Bill & Melinda Gates*, *Fundação MasterCard*, *Google Digital News Initiative*, entre outros¹.

Nesse sentido, o problema de pesquisa apresentado é a genealogia e as contradições por detrás da difusão da narrativa da armadilha da dívida. Para dar conta dessa questão, metodologicamente, foram colocadas as palavras “*China debt trap*” nos buscados dos sites de quatro veículos da mídia estadunidense – *Washington Post*, *New York Times*, *CNN* e

¹ Não foi muito diferente com a construção da narrativa sobre o Xinjiang, como demonstramos (PAUTASSO et al, 2022). Primeiro criaram diversas organizações nos anos 1990 pelo NED, depois relatório (O Projeto Xinjiang) por ex-oficial da CIA e livro de think tank Rand Corporation (The Xinjiang problem) para depois ganhar a grande mídia ocidental.

Associated Press. Esses veículos foram escolhidos, pois são representativos da opinião pública dos EUA e pautam o conjunto da mídia ocidental e seus formuladores. Após a sistematização dos principais argumentos dos órgãos de mídia estadunidense selecionados, confrontamos com a revisão de literatura realizada no portal CAPES-Cafe. Trata-se de compreender a narrativa difundida pelo poder multimidiático para localizar suas origens e contradições, bem como sua relação com o léxico e a gramática que se articula às doutrinas e política internacional de Washington (LOSURDO, 2010, 2016). Com efeito, desenvolvemos uma abordagem comparativa para elucidar a maneira que os EUA mobilizam sua supremacia comunicacional como parte do conjunto de políticas antichinesas voltadas a interditar a ascensão da China num quadro de transição sistêmica.

Sendo assim, organizamos o trabalho, primeiramente, fazendo um balanço das reportagens dos veículos midiáticos elencados nessa pesquisa sobre a temática da armadilha da dívida. Na seção seguinte, traçamos um apanhado da revisão de literatura de modo a entender o panorama do debate científico sobre o assunto em questão e seus fundamentos empíricos. Por fim, ao localizar a genealogia e seus limites explicativos, articulado ao contexto da emergência das políticas antichinesas, pretendemos lançar luz às lógicas comunicacionais e geopolíticas que enlaçam esse léxico e essa gramática da armadilha da dívida.

Um balanço da narrativa estadunidense

Desde sua criação por Brahma Chellaney (2017), o conceito de armadilha da dívida ganhou a opinião pública a partir dos meios de comunicação, na esteira da supremacia comunicacional dos EUA e seus aliados. Não seria exagerado dizer que, dos pilares que sustentam uma hegemonia (produtivo, tecnológico, militar, financeiro, diplomático, cultural e comunicacional), o poder multimidiático estadunidense é aquele que se mantém mais vigoroso. E, como chama a atenção Losurdo (2016), tal poder multimidiático produz ideias, emoções e narrativas, pavimentando e legitimando a atuação diplomática de Washington e seus aliados. Os fenômenos contemporâneos da comunicação, em seu texto e contexto histórico, são também meios de produção, pois relacionam as formas mais simples da linguagem às formas mais avançadas das novas tecnologias da comunicação (WILLIAMS, 2011). Ou seja, a oligopolização da geração de notícias internacionais se entrelaça às relações de poder político e se difunde globalmente através das novas mídias digitais. Como destacou Latouche (1996), há um punhado de agências – *Associated Press* e *United Press* dos EUA, *Reuter* da Grã-Bretanha e *France Press* – que dominam a produção de notícias internacionais. São estas notícias que embasam grande parte do que é replicado nas cadeias de televisão, jornais, rádios e novas mídias (YouTube, Twitter, Facebook, Instagram, Netflix) de todo o mundo.

Para ter uma visão panorâmica, levantamos as reportagens de quatro dos principais veículos de mídia dos EUA – *Washington Post*, *New York Times*, *CNN* e *Associated Press* – através da busca nos portais com os termos “*China debt trap*”. O *Washington Post* foi pioneiro ao trazer o conceito em evidência ao publicar o artigo de opinião em 2018 chamado “As armadilhas da dívida da China em todo o mundo são uma marca registrada das suas ambições imperialistas” (THAROR, 2018). Outros textos do mesmo jornal – “China tem participação na calamidade econômica do Sri Lanka” (HARRIS; SANTHANAM, 2022); “Enormes dívidas com a China vencem. Os mais pobres do mundo terão de pagar?” (APPLEBAUM, 2023); e “Sri Lanka não pode contar com a China para resolver os seus problemas de dívida” (LAKSHMAN; DENNYS, 2022) – trataram do assunto sem recorrer à armadilha da dívida. Contudo, mantiveram a mesma lógica narrativa de caracterizar a diplomacia da China como imperialista a partir de sua política de endividamento dos países periféricos, inclusive responsabilizando o país pela crise no Sri Lanka.

No *New York Times* foram encontrados quatro textos envolvendo o conceito de armadilha da dívida. Um texto de opinião, “A China está jogando duro com devedores problemáticos. Isso é perigoso para todos nós” (POMFRET, 2018), e

outros três intitulados “Depois de conceder enormes empréstimos, a China está agora resgatando países” (MYERS; MANUEL, 2023); “Como os empréstimos chineses influenciam o destino dos países” (BRADSHER, 2022); e “Os países pobres emprestaram bilhões da China. Eles não podem pagar de volta” (RAPPEPORT; BRADSHER, 2020). Em seu conjunto, as reportagens ecoam a narrativa da armadilha da dívida por parte de membros do governo estadunidense e as dificuldades de países periféricos.

No site da CNN, o termo armadilha da dívida apareceu em uma reportagem, cujo título é “A China concedeu enormes empréstimos a alguns países. Agora está gastando bilhões para resgatá-los” (GRANT; HANCOCK, 2018), demonstrando como o país está contribuindo para o endividamento de várias outras nações. Outra reportagem trabalhou com conceito análogo para tratar do endividamento intitulada “China utiliza a ‘diplomacia da carteira de dívidas’ para difundir os seus objetivos estratégicos na Ásia-Pacífico” (WESTCOTT, 2018), sob a mesma argumentação que Pequim alavanca os “empréstimos para adquirir ativos estratégicos ou influência política sobre as nações devedoras”.

Já na *Associated Press*, uma das maiores agências de notícias do mundo, encontramos 3 reportagens. Duas delas, “Os empréstimos da China levam os países mais pobres do mundo à beira do colapso” (CONDON, 2023) e “China se torna coringa na crise da dívida do Sri Lanka” (MALLAWARACHI; PATHI; MCDONALD, 2023), seguem o mesmo discurso de responsabilizar o governo chinês pelo endividamento de países pobres. Na outra, com título “Ministro das Finanças do Paquistão diz que China concede empréstimo de US\$ 2,4 bilhões para Islamabad por 2 anos” (AHMED, 2023), o governo paquistanês relata que a China concedeu mais de 5 bilhões em empréstimos – e diz, sem citar fontes, que analistas consideram uma armadilha da dívida.

É evidente, neste conjunto de reportagens e artigos de opinião, que há uma visão dominante, com espaço praticamente inexistente para o contraditório, seja com entrevista, seja com estudos ou documentos divergentes da narrativa da armadilha da dívida. Esse poder multimidiático se multiplica por outros canais de mídia e redes sociais, pautando o espaço público e conformando o imaginário coletivo – e, não raro, até a pesquisa acadêmica. A isso se somam outros documentos, como o do instituto estadunidense *Aiddata*, que conta com apoio de agências governamentais dos EUA como USAID e fundações privadas como Gates. Na publicação de 2023, intitulada “China como credor internacional de último recurso” (HORN *et al.*, 2023), se reforça a ideia de que os empréstimos da China não são transparentes e têm juros elevados.

Não se pode perder de vista que a condição de *hegemon* dos EUA esteve articulada com uma estratégia ideológica abrangente. Ao domínio na produção de notícias por meio de suas agências, somam-se entidades (Fundação Ford, Commonwealth, Kellogg e Rockefeller, Programa Fulbright, USAID) que financiam e recrutam elites (acadêmicas, políticas e midiáticas) de modo a pautar a produção de ideias. No mesmo sentido, o domínio sobre as instituições internacionais – Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) – também exerce papel-chave na formulação de políticas. Assim, o *American way of life* se forja como balizador das narrativas sobre democracia, direitos humanos e livre mercado - em oposição a quaisquer valores e práticas dos países tornados rivais (Guimarães, 2000). No caso em questão, é preciso decifrar o lócus de produção e reprodução das narrativas que subsidiam as políticas antichinesas.

Cabe lembrar tais estruturas que remontam à Guerra Fria envolviam financiamento no exterior de publicações “progressistas” e conferências, bem como de promoção cultural em várias áreas (música, artes, teatro, cinema) com vistas a fomentar um ambiente favorável à cultura e ao governo estadunidense. Ao difundir tais estéticas, foi se tornando arraigado no meio artístico uma produção cindida do engajamento e da crítica de natureza política (SAUNDERS, 2008). Os Programas de Livros Franklin, durante a Guerra Fria, é elucidativo da promoção cultural no mercado editorial, articulando fundações privadas e governo estadunidense. Não é desconhecida a relação estreita da CIA com a produção

cinematográfica (Hollywood) e televisiva nos EUA através das equipes de relações públicas, oficiais de operações e historiadores da agência de inteligência (JENKINS, 2011).

Ou seja, as conexões entre fundações privadas, instituições, mídia, produção acadêmica e programas políticos existem, embora nem sempre sejam claras ou lineares. Assim, como na Guerra Fria, na atualidade também é preciso entender a consciência do nosso tempo, a produção de ideias e os desdobramentos políticos. Como veremos, o conceito de armadilha da dívida (*debt trap*) criado por Brahma Chellaney e instrumentalizado pela grande mídia acaba por pautar a produção acadêmica e o mundo político.

Breve revisão do debate sobre armadilha da dívida

A criação do conceito foi seguida pela replicação na grande mídia estadunidense e ocidental e, com efeito, pautou também a produção científica. Para entender melhor o debate e seus níveis de evidência, realizamos uma breve revisão da literatura. Com uma leitura acurada, não fica difícil discernir suas substâncias analíticas e sua natureza política.

É possível perceber que os principais artigos que buscam legitimar o conceito de armadilha da dívida carecem de substância empírica. Shaikh e Chen (2021) afirmam que o Paquistão está sujeito à “possibilidade de incumprimento no pagamento da dívida”. Outros reconhecem haver disparidade nas relações entre a China e os países destinatários dos investimentos (AL-FADHAT; PRASETIO, 2022), como, por exemplo, problemas laterais relativos à geração de emprego ou transferências de tecnologias (ADDIS *et al.*, 2020). Sam Parker e Gabrielle Chefitz (2018), argumentaram que a Iniciativa Chinesa do Cinturão e Rota (BRI), redundaria em endividamento e hipoteca dos direitos sobre a infraestrutura construída por se tratarem de projetos inviáveis.

A construção e arrendamento por 99 anos do Porto de Hambantota pela China no Sri Lanka é o caso que agrega mais vozes que endossam o conceito de armadilha da dívida. Uma análise mais detalhada deste caso emblemático que busca corroborar essa narrativa não traz dados robustos (ADDIS *et al.*, 2020). Outros acabam recorrendo a abordagens especulativas, alegando que ninguém pode garantir que “a soberania do Sri Lanka será restaurada”, ainda que o mesmo reconheça que “a China não parece ter controle total sobre o território até agora, uma vez que não pode utilizar a terra para outros fins que não sejam comerciais” (CARRAI, 2018).

Quando confrontados com estudos de maior rigor teórico e com mais suporte empírico, se percebe que tal argumentação se torna frágil. Primeiro, cabe lembrar que o endividamento do Sri Lanka com a China é de 3,85 bilhões de dólares, ou 5,5% da dívida total do país. Segundo, o próprio arrendamento do Porto de Hambantota, investimento que não estava gerando retornos suficientes, não decorreu do endividamento com a China e sim dos desafios macroeconômicos e déficits comercial e orçamentário do país (GANGTE, 2020). Ou seja, os empréstimos do Hambantota Port China Eximbank não continham quaisquer cláusulas de penhora de ativos, mas tratou-se de uma *joint venture* favorável a ambos os lados e que tem impulsionado o papel do Sri Lanka em se tornar um centro logístico no Oceano Índico. É importante lembrar que a prática de concessões por décadas em obras de infraestrutura costuma ser recorrente – raramente inferior a 30 anos.

No seu conjunto, os artigos com maior nível de evidência e qualidade científica também não corroboram o conceito da armadilha da dívida. No mais abrangente estudo dedicado a avaliar problemas de dívida em 68 países identificados como potenciais mutuários da BRI, a conclusão é de que apenas 8 estão sob risco de sobre-endividamento com credores chineses (HURLEY; MORRIS; PORTELANCE, 2018). Em outra pesquisa que analisou 35 países no âmbito da Nova Rota da Seda entre 2013 a 2016, a conclusão é que não existem problemas crônicos em termos financeiros (SUN *et al.*, 2022). Já a avaliação dos casos de Sri Lanka, Maldivas, Malásia, Laos, Quênia e Djibuti demonstram o crescente poder

financeiro chinês, mas não fornecem evidências acerca de uma estratégia de endividar os países em troca de ativos (HIMMER; ZDENEK, 2022).

Em dois estudos voltados aos países do Pacífico, também com sólidos dados empíricos, as evidências sugerem que a China não se envolveu em práticas de dívida a ponto de dar substância a qualquer narrativa voltada à armadilha da dívida (RAJAH; DAYANT; PRYKE, 2019) e “não tem sido o principal impulsionador do aumento dos riscos da dívida no Pacífico” (RANA; XIANBAI, 2020). Analisando o Corredor Econômico China-Paquistão, não se pode corroborar a tese da armadilha da dívida, mas sim a capacidade de difundir nos meios de comunicação de massa desses países uma opinião negativa sobre a política da BRI (HADERIANSYAH; HABIBAH, 2020).

Uma das principais autoridades no assunto, Deborah Brautigam (2020), reconstituiu o histórico de financiamento da China para Angola, Djibouti, Sri Lanka e Venezuela e destacou, com robusta documentação e dados, que as premissas da armadilha da dívida não se fazem presentes. Quer dizer, nem a China aumentou o endividamento na África (e de suas vicissitudes), como, ao contrário, os problemas do continente derivam da falta de fundos e especialização para o desenvolvimento sem condicionalidades políticas. Por um lado, sabemos que a carência dos países periféricos em termos de infraestrutura é gargalo determinante para todas as demais atividades produtivas e de serviços, por outro, deve-se reconhecer que isso deriva justamente da complexidade para a construção de grandes obras públicas, seja pelos elevados investimentos e pelo longo prazo de retorno, seja pela sofisticação de conhecimentos técnicos exigidos.

Autores que apresentaram estudos de caso também não confirmam a narrativa da armadilha da dívida, como os investimentos chineses em Bangladesh, onde as obras de infraestrutura têm sido chave para impulsionar o desenvolvimento de um país marcado por instabilidade econômica e instituições políticas frágeis (JASMIN; SAKIB; SHISHIR, 2023). Outros estudos de caso, por exemplo, sobre o Egito, sublinham a importância dos empréstimos e investimentos para projetos de desenvolvimento que são altamente importantes para países em desenvolvimento (EL-SHAFEI; METAWA, 2021).

Há, contudo, uma robusta literatura desmistificando o conceito de armadilha da dívida. Singh (2020) destaca que as relações China-África 1) estão longe do sobre-endividamento, 2) não se utilizam da dívida para a aquisição (hipoteca) de ativos estratégicos e 3) ainda servem de alternativa às hostilidades dos EUA e seus aliados. Na verdade, mesmo a China sendo o maior credor bilateral do continente, a maior parte da dívida é devida a detentores privados ocidentais (LIPPOLIS; VERHOEVEN, 2022). Outro estudo (PATTNAIK; PANDA, 2022), apesar de reconhecer a necessidade de reestruturação das dívidas, destaca a importância dos investimentos chineses em infraestrutura no continente africano para promover o desenvolvimento.

Além disso, de acordo com as Estatísticas da Dívida Internacional (WORLD BANK, 2021), 28,8% da dívida externa da África vem de instituições financeiras multilaterais e 41,8% de credores comerciais. Isso não quer dizer que a China não esteja ciente da necessidade de aprimorar seus mecanismos institucionais para proteger a sustentabilidade das dívidas. A questão, todavia, é complexa em razão da quantidade de obras entrelaçadas a múltiplos interesses políticos e econômicos, inclusive dos países beneficiários. De todo modo, o amadurecimento da Iniciativa Cinturão e Rota após sua primeira década (2013-2023) tem tornado imperativo aos formuladores de políticas chineses o aprimoramento dos mecanismos de governança de projetos, desde a avaliação de risco, passando pelos critérios socioambientais, até a regulamentação dos financiamentos (JONES; HAMEIRI, 2020).

Apesar das dificuldades, a China tem priorizado uma política de alívio da dívida, sobretudo a Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida do G20, o cancelamento da dívida no âmbito do Fórum sobre Cooperação China-África (FOCAC), o alívio ad hoc da dívida e ainda contribuições para o Fundo de Alívio e Contenção de Catástrofes do FMI. Isso inclui refinanciamento, reescalonamento, reestruturação e até perdão junto aos principais credores chineses, tais como o

Banco de Exportação e Importação da China (Eximbank), o Banco de Desenvolvimento da China (CDB), o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC) e a Agência de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento da China (CIDCA). O Eximbank e o CIDCA suspenderam mais de US\$ 1,3 bilhão em serviço da dívida, beneficiando 16 países africanos. No âmbito do FOCAC, Pequim cancelou dívidas de empréstimos sem juros, incluindo cancelamentos anunciados em Botsuana, Burundi, Ruanda, Camarões, República Democrática do Congo (RDC), República do Congo (ROC) e Moçambique, que totalizaram pelo menos US\$ 113,8 milhões (SAIS-CARI, 2021).

Além disso, no século XXI, a ajuda ao desenvolvimento prestada pela China ao continente aumentou constantemente, passando de 631 milhões em 2003 para quase 2,9 bilhões em 2020 – oscilando acima de 2 bilhões desde 2010 (SAIS-CARI, 2021). Em 2018, aliás, Pequim estabeleceu a Agência de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional da China (CIDCA) para aprimorar seu modelo de ajuda ao desenvolvimento, centrado em fluxos financeiros de natureza concessionária (donativos, empréstimos sem juros). Já os créditos e investimentos ficam a cargo do Fundo de Desenvolvimento China-África, no âmbito do Banco de Desenvolvimento da China, ou do Fundo de Cooperação Industrial China-África, no âmbito do Banco Export-Import da China.

Como veremos na próxima seção, as visões combinam inconsistências empíricas, intencionalidade política e visões simplistas sobre o papel da China como financiador e provedor de bens públicos (infraestrutura) num quadro de reconfiguração de forças em escala mundial. Cabe desvendar qual a coerência lógica e política por detrás da construção e difusão da narrativa da armadilha da dívida.

A narrativa da armadilha da dívida e a mudança sistêmica

A origem do conceito num portal financiado por fundações privadas estadunidenses e a consequente difusão pela sua grande mídia acaba por pautar a própria produção científica. Não é difícil encontrar paralelos entre esse roteiro e o padrão histórico da liderança cultural dos EUA. Isto é, esse mapeamento traz elementos para capturar a lógica política da narrativa da armadilha da dívida e suas contradições, bem como as interconexões entre o poder multimidiático e a instrumentalização do léxico e da gramática doutrinária da política internacional de Washington. Em outras palavras, essa narrativa se articula às políticas antichinesas e faz parte do contexto mais abrangente da rivalidade sino-estadunidense e de transição sistêmica.

Depois de certo consenso da diplomacia estadunidense desde o reatamento com a China na década de 1970, a partir do governo Obama, a política externa do país sofreu uma reorientação com o imperativo de lidar com a potência desafiante do Extremo Oriente. Foi nesse contexto que se formulou a noção de “Pivô para a Ásia”, originalmente explicitado por artigo publicado, em 2011, pela então Secretária de Estado *Hillary Clinton na Foreign Affairs* (CLINTON, 2011). Desde então, tem se forjado uma política antichinesa de maneira consensual entre *think tanks* e cujo fortalecimento ficou ainda mais evidente a partir da presidência de Trump (KOCHEGUROV, 2022).

A Guerra Comercial desencadeada em 2017 (PAUTASSO *et al.*, 2021) e as iniciativas diplomático-militares do Diálogo Quadrilateral de Segurança (QUAD) (PAUTASSO; CEPIK, 2021) e AUKUS (acrônimo do inglês: Australia, United Kingdom e United States) deram substância a tal reorientação da política externa dos EUA em relação à China. Em sua “Estratégia de Defesa Nacional” (United States, 2018) está explicitado, claramente, que a economia chinesa é predatória, coagindo e constrangendo países vizinhos. Em 2020, o Secretário de Estado Michael Pompeo, em “A China Comunista e o Futuro do Mundo Livre” (POMPEO, 2020), chamou o país oriental de “tirania”, crente “numa ideologia totalitária falida”, “autoritária a nível interno e mais agressiva” internacionalmente. No mesmo sentido, no “Conceito Estratégico da OTAN” (NATO, 2022), a China é considerada como “desafio sistêmico” – e a Rússia como “ameaça primária” –, num claro intento de criar inimigos e hostilidades.

Indiferente aos limites da analogia sobre a “Nova Guerra Fria”, o fato incontornável para as elites estadunidenses é que a China tem se tornado uma potência rival e uma ameaça. Basta uma visada na mídia e *think tanks* dos EUA para captar o teor argumentativo. Vejamos o caso desse texto na prestigiosa e influente *Council on Foreign Relations*. Segundo seu autor, Elliot Abrams, “é lugar-comum que uma nova Guerra Fria começou, trazida ao Ocidente pela parceria agressiva de Xi Jinping e Vladimir Putin”, com “uma China rica, agressiva e tecnologicamente avançada”. E conclui dizendo que “esta nova luta foi imposta a nós pela Rússia e pela China; não há como escapar dela”, pois a “força será recompensada e a fraqueza será punida” (ABRAMS, 2022).

Esse é o quadro mais abrangente ao qual a armadilha da dívida se integra a um conjunto de narrativas e políticas antichinesas. Trata-se de associar a política internacional da China, e mais especificamente seus mecanismos de financiamento, a relações (neo)imperialistas. Embora o conceito de imperialismo tenha perdido centralidade analítica e se tornado polissêmico em favor de novas teorias sobre o mundo contemporâneo (KUMAR, 1997), não se pode perder de vista o contexto histórico, a correlação de forças e natureza dos poderes internacionais em disputa. Ironicamente, o debate sobre imperialismo arrefeceu justamente quando suas políticas assumiram maior abrangência, potência e sofisticação – em parte, como consequência de abordagens ahistóricas que cristalizaram sua conceituação. Conforme já desenvolvemos (PAUTASSO, 2021) a partir de Losurdo, o imperialismo deve ser entendido como “sistema complexo de dominação”, ao qual se acrescentam novos meios de coerção e intervenção, incluindo desestabilização de governos, abertura forçada de mercado e intervenções militares, mas também novos meios (multimidiático) para produzir mudanças de regimes (revoluções coloridas), imposição de reformas neoliberais, sanções unilaterais, ingerência através de organizações não-governamentais (ONGs), entre outros. Para tanto, o poder multimidiático estadunidense é condição necessária à produção de ideias, emoções e narrativas, criando o léxico e a gramática diplomática de Washington e seus aliados.

Vejamos como essa narrativa é replicada inclusive por grupos que se reivindicam progressistas. Rousset (2014), tomando por base teorias marxistas da dependência, afirma que o país oriental promove a acumulação de capital, pois se integra à globalização e, com efeito, as organizações internacionais, no que define como novo capitalismo burocrático (ROUSSET, 2014). Na mesma linha, Turner considera a China um país capitalista-imperialista e, por isso, outro polo de um sistema imperialista mundial em bifurcação liderado pelos EUA (TURNER, 2015). Tais abordagens, de um lado, obscurecem o elemento dinâmico do desenvolvimento das forças produtivas e, de outro, turvam a compreensão da correlação internacional de forças e a dinâmica de ascensão e quedas dos polos de poder no mundo (NOGARA, 2021, p. 240).

Sustentamos, ao contrário, que a natureza da atuação chinesa e o quadro sistêmico deixam claro o porquê de a China ser um polo anti-hegemônico crucial aos países periféricos. A atuação de Pequim não tem sido baseada em qualquer imposição do neoliberalismo via modelos político-institucionais e ajustes macroeconômicos; não recorrem às práticas de desestabilização e ingerências políticas e militares; têm proporcionado vantajosas condições de financiamento e disposição para a cooperação tecnológica; e ainda possuem uma agenda diplomática em muitos aspectos convergentes no que se refere à reorganização da governança do sistema internacional. Isso não quer dizer que a política externa chinesa esteja completamente insulada aos interesses privados domésticos. Ora, as variáveis relacionadas à autodeterminação e ao desenvolvimento nacional são centrais à trajetória de qualquer país da periferia do sistema internacional. Isso não significa subestimar a maneira pela qual as relações interestatais estão impregnadas de interesses nacionais e corporativos, de conflitos e assimetrias.

Aliás, como destacou Brautigam (2020), a própria China, após as Reformas, emulou estratégia de obtenção de créditos e realização de obras de infraestrutura do Japão em troca de petróleo e carvão. Para a economia japonesa era funcional exportar serviços de engenharia e obter recursos naturais-energéticos, enquanto os chineses visavam adquirir

equipamentos e expertise, além de empréstimos sem condicionalidades à margem do BIRD ou do FMI (BRAUTIGAM, 2020). Trata-se de um caminho bem diferente daquele trilhado por outros países periféricos, marcado pela crise da dívida externa nos anos 1980 e pelos ajustes fiscais neoliberais dos anos 1990-2000.

Atualmente, a China é um vetor de desenvolvimento e provimento de bens públicos (infraestruturais), diverso dos imperativos da agenda neoliberal. Isto é, Pequim, entre 2005 e 2023, realizou investimentos superiores a 2,3 trilhões de dólares em mais 4 mil grandes obras e empreendimentos, de acordo com o China Global Investment Tracker. A ocorrência de contradições, intrínseco ao volume de obras e a complexidade de interesses envolvidos, tem sido utilizado como forma seletiva (*cherry picking*) de validação da narrativa da armadilha da dívida, ignorando o processo e sua tendência mais abrangente.

Assim, a desidratação da narrativa da armadilha da dívida vai depender da afirmação da BRI e de uma globalização voltada ao desenvolvimento e à integração (SHAOMIN; JIANG, 2020). Ou seja, os interesses nacionais dos países periféricos recipiendários dos investimentos chineses vai se contrapor ao poder multimidiático dos EUA e seus aliados em forjar narrativas antichinesas. Se para o público estadunidense a narrativa antichinesa tem surtido efeito, com mais de 8 em cada 10 adultos com visão negativa sobre a China, na periferia do sistema as opiniões têm sido favoráveis, como no Quênia (72%), na Nigéria (80%) e até no México (57%).

Portanto, aos países periféricos cabe explorar as oportunidades num contexto de transição sistêmica, no qual a China tem atuado como polo anti-hegemônico ao impulsionar processos de integração, desenvolvimento e fortalecimento da governança global. Apesar das dinâmicas contraditórias e assimétricas das relações interestatais, turvadas pelo poder multimidiático do Ocidente e suas narrativas, não se pode perder de vista a correlação de forças e a direção das transformações internacionais.

Considerações Finais

A narrativa da armadilha da dívida obedece a uma genealogia recorrente na política internacional dos EUA. Criado por Chellaney em 2017 em um portal financiado por fundações e entidades estadunidenses e europeias, logo ganhou as grandes agências de notícias, conforme levantamos ao avaliar as reportagens do *Washington Post*, *New York Times*, *CNN* e *Associated Press*. Sem abrir nenhum espaço para o contraditório jornalístico, forjou-se a unilateralidade da narrativa e permitiu, por meio da supremacia comunicacional dos EUA e seus aliados, sua difusão globalmente, pautando a opinião pública, os debates políticos e a pesquisa científica.

Uma revisão de literatura científica sobre a temática apresenta que, mesmo pautando a produção científica, as melhores evidências revelam as fragilidades da narrativa voltada a atribuir à diplomacia da China a tal estratégia da armadilha da dívida. Ainda assim, o fato é que a força dessa narrativa se soma às construções políticas antichinesas de Washington. Desde o “Pivô da Ásia”, passando pela Guerra Comercial, QUAD e AUKUS, o que assistimos é articulação simbólica e material para responder à ascensão da China diante do quadro de reconfiguração de poder no mundo. Se Nova Guerra Fria ou não, o que vemos é que a capacidade dos EUA de mobilizar meios diversos para lidar com novos desafios seguem vigentes e atualizados.

Indiferente às contradições intrínsecas ao volume de investimento, quantidade e tamanho das obras infraestruturais que a China tem financiado e construído no âmbito da BRI, o fato é que as críticas possuem outra natureza. Ou seja, a genealogia e difusão da narrativa demonstram que não se tratam de intenções altruístas ocidentais, mas de criar embaraços para a crescente ascendência do gigante asiático, sobretudo potencializada com a BRI e o BRICS+. Apesar da fragilidade conceitual, inequivocamente o poder multimidiático consegue instrumentalizar esse léxico e essa gramática entre a mídia, formuladores políticos e até acadêmicos, obscurecendo o entendimento acerca da atuação global

da China e seu papel como polo anti-hegemônico, crucial para a criação de novos mecanismos de desenvolvimento e governança global e, por isso, em contradição de fundo com um imperialismo errático dos EUA.

Deve-se sublinhar que esta estratégia de Washington parece insuficiente como alternativa de longo prazo para conter Pequim em seu protagonismo crescente como provedor de investimentos e bens públicos (infraestrutura). A questão, pois, é menos sobre o aprimoramento dos mecanismos de financiamento do desenvolvimento e gestão das dívidas conduzida pela China e mais sobre como tais processos estão alterando a correlação de forças internacionais e deslocando o poder de Washington e seus aliados. Por fim, mas não menos importante, a narrativa da armadilha da dívida é emblemática das conexões entre fundações privadas, instituições, mídia, produção acadêmica e programas políticos. E, nesse sentido, é necessário que se extraia as lições da história sobre como o *hegemon* mobiliza seus meios de produção de ideias, ao qual o mundo acadêmico está longe de estar isento, com vistas a consequentes ações políticas.

Referências

- ABRAMS, Elliot. The New Cold War. **Council on Foreign Relations**. New York, 4 março 2022. Disponível em: <https://www.cfr.org/blog/new-cold-war-0>. Acesso em: 15 jul. 2024
- ADDIS, Amsalu; ASONGU, Simplice; ZUPING, Zhu; ADDIS, Hauli; SHIFAW, Eshetu. Chinese and Indian investment in Ethiopia: infrastructure for “debt-trap diplomacy” exchange and the land grabbing approach. **International Journal of Emerging Markets**. Bingley, v. 16, n. 6, p. 998-1025, 2020. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/IJOEM-08-2019-0642/full/html>. Acesso em: 14 jul. 2024.
- AL-FADHAT, Faris; PRASETIO, Hari. How China’s Debt-Trap Diplomacy Works in African Countries: Evidence from Zimbabwe, Cameroon, and Djibouti. **Journal of Asian and African Studies**. Lisboa, v. 59, n. 5, p. 1463-1483, 2022. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/00219096221137673>. Acesso em: 14 jul. 2024.
- AHMED, Munir. Pakistan’s economy in crisis due to Chinese loans. **Associated Press**. New York, 15 maio 2023. Disponível em: <https://apnews.com/article/pakistan-china-loan-economy-crisis-finance-28386ce6bbca4b52be4042a62alf28a5>. Acesso em: 15 jul. 2024.
- APPLEBAUM, Anne. Chinese debt is crushing the world’s poorest countries. **Washington Post**. Washington, 22 fev. 2023. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/opinions/2023/02/22/chinese-debt-crush-world-poorest-countries>. Acesso em: 15 jul. 2024.
- BECKLEY, Michael.; BRANDS, Hal. **Danger Zone: The Coming Conflict with China**. New York: St. Martin’s Press, 2022.
- BRADSHAW, Keith. China’s Economic Troubles, Rippled Across the Globe, Weigh on Its Trading Partners. **New York Times**. New York, 6 out. 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/10/06/business/china-debt-economy-global-slowdown.html>. Acesso em: 15 jul. 2024.
- BRAUTIGAM, Deborah. A critical look at Chinese ‘debt-trap diplomacy’: the rise of a meme. **Area Development and Policy**, v. 5, n. 1, 2020.
- CARRAI, Maria. China’s Malleable Sovereignty along the Belt and Road Initiative: The Case of the 99-Year Chinese Lease of Hambantota Port. **SSRN**. Londres, v. 1, n. 1, p. 1-18, 2019. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3346116. Acesso em: 15 jul. 2024.
- CHELLANEY, Brahma. China’s Debt-Trap Diplomacy. **Project Syndicate**. Praga, 23 jan. 2017. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/china-one-belt-one-road-loans-debt-by-brahma-chellaney-2017-01>. Acesso em: 15 jul. 2024
- CLINTON, Hillary. America’s Pacific Century. **Foreign Policy**. Washington, 11 out. 2011. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2011/10/11/americas-pacific-century/>. Acesso em: 14 jul. 2024.
- CONDON, Bernard. China’s debt to developing countries is leading to financial collapse. **Associated Press**. Nova York, 15 mai. 2023. Disponível em: <https://apnews.com/article/china-debt-banking-loans-financial-developing-countries-collapse-8df6f9fac3e1e758d0e6d8d5dfbd3ed6>. Acesso em: 15 jul. 2024.
- EL-SHAFEI, Alyaa.; METAWA, Mohamed. China drive toward Africa between arguments of neo-colonialism and mutual-beneficial relationship: Egypt as a case study. **Review of Economics and Political Science**. Bingley, v. 7, n. 2, p. 137-152. 2021. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/REPS-03-2021-0028/full/html>. Acesso em: 14 jul. 2024.

GANGTE, Lammuanisiam. The Debt-Trap Diplomacy Revisited: A Case Study on Sri Lanka's Hambantota Port. **Artha Journal of Social Sciences**, Kolkata, v. 19, n. 2, p. 53-66. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/347586679_The_Debt-Trap_Diplomacy_Revisited_A_Case_Study_on_Sri_Lanka's_Hambantota_Port. Acesso em: 15 jul. 2024.

GRANT, Will; HANCOCK, Tom. China's debt-trap diplomacy. **CNN**. Atlanta, 15 mai. 2018. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2018/05/15/asia/china-us-australia-debt-diplomacy-intl/index.html>. Acesso em: 15 jul. 2024.

GUIMARÃES, Samuel. **Quinhentos anos de periferia**. Porto Alegre: UFRGS/Contraponto, 2000.

HADERIANSYAH, Haderiansyah; HABIBAH, Margareta; Setiawan, Andri; Hayat, Muzahid. Policy of China's debt-trap diplomacy: The influence Of media In forming community political opinions. **DIA Jurnal Ilmiah Administrasi Publik**. Indonésia, v. 18, n. 2, p. 170-178. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/348109039_POLICY_OF_CHINA'S_DEBT-TRAP_DIPLOMACY_The_Influence_Of_Media_In_Forming_Community_Political_Opinions. Acesso em: 15 jul. 2024.

HARRIS, Gardiner; SANTHANAM, Laasya. Sri Lanka's crisis could be a debt trap for China. **Washington Post**, Washington, 20 jul. 2022. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/2022/07/20/sri-lanka-china-debt-trap/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

HIMMER, Michal.; ZDENEK, Rod. Chinese debt trap diplomacy: reality or myth? **Journal of the Indian Ocean Region**. Londres, v. 18, n. 3, p. 250-272. 2022. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/19480881.2023.2195280>. Acesso em: 15 jul. 2024.

HORN, Sebastian; PARKS, Bradley; REINHART, Carmen; TREBESCH, Christoph. China as an International Lender of Last Resort. **NBER Working Paper**. Cambridge, n. 31105, p. 1-40, 2023. Disponível em: https://www.nber.org/system/files/working_papers/w31105/w31105.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.

HURLEY, John; MORRIS, Scott; PORTELANCE, Gailyn. Examining the Debt Implications of the Belt and Road Initiative from a Policy Perspective. **Policy Paper Center for Global Development**, Washington, v. 6, n. 1, p. 1-40, 2018. Disponível em: <https://www.cgdev.org/sites/default/files/examining-debt-implications-belt-and-road-initiative-policy-perspective.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024.

JASMIN; SAKIB, Nurul Huda; SHISHIR, Md. Foysal Jaman. Chinese Soft Power in Bangladesh: debt trap or shared interests? **The Journal Of Indian And Asian Studies**. Londres, v. 4, n. 1, p. 18-29, jan. 2023. Disponível em: https://www.worldscientific.com/doi/pdf/10.1142/S2717541323500043?srsltid=AfmBOor4NpFMso2bZX7J_PCUA7K_Ka2j2cmoNInE670APHcH52A9dppf. Acesso em: 15 jul. 2024.

JENKINS, Tricia. **The CIA in Hollywood: How the Agency Shapes Film and Television**. Austin: University of Texas Press, 2011.

JONES, Lee; HAMEIRI, Shahr. Debunking the Myth of 'Debt-trap Diplomacy' How Recipient Countries Shape China's Belt and Road Initiative. **Asia-Pacific Programme**, Londres, v. 13, n. 1, p. 1-20. 2020. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/2020/08/debunking-myth-debt-trap-diplomacy>. Acesso: 15 jul. 2024.

KOCHEGUROV, D. Formation of an Anti-Chinese Consensus among US "Think Tanks": From D. Trump to J. Biden. **Herald of the Russian Academy of Sciences**. Moscou, v. 92, n. 7, p. 601-611, 2022. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1134/S1019331622130044>. Acesso em: 10 jul. 2024.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LAKSHMAN, Nikhila; DENNYS, Harriet. Sri Lanka's debt to China has prompted calls for an IMF bailout. **Washington Post**. Washington, 12 set. 2022. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/politics/2022/09/12/sri-lanka-debt-china-imf/>.

LATOUCHE, Serge. **A ocidentalização do mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

LIPPOLIS, Nicolas.; VERSHOEVEN, Harry. Politics by Default: China and the Global Governance of African Debt. **Survival**. Londres, v. 64, n. 3, p. 153-178. 2022. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00396338.2022.2078054?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 15 jul. 2024.

LOSURDO, Domenico. **A Linguagem do Império**. São Paulo: Boitempo, 2010.

LOSURDO, Domenico. **Marx e o balanço histórico do século XX**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2015.

LOSURDO, Domenico. **A esquerda ausente - crise, sociedade do espetáculo, guerra**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2016.

LOSURDO, Domenico. **O marxismo ocidental**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MALLAWARACHI, Bharatha; PATHI, Krutika; MCDONALD, Joe. China's influence in Africa. **Associated Press**. Nova York. 15 mai. 2023. Disponível em: <https://apnews.com/article/politics-china-africa-b8c14e0c87c99f307e62b1a065bbaa6b>. Acesso em: 15 jul. 2024.

MYERS, Steven Lee; MANUEL, Alexei. China Loans Are Ballooning. So Are Its Bailouts. **New York Times**. New York, 27 mar. 2023. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2023/03/27/business/china-loans-bailouts-debt.html>. Acesso em: 15 jul. 2024

NATO. Strategic Concept. **NATO**, Bruxelas, 29 jun. 2022. Disponível em: <https://www.nato.int/strategic-concept/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

NOGARA, Tiago. O “subimperialismo brasileiro” em perspectiva. In: PRESTES, Ana; PAUTASSO, Diego. **Teoria das Relações Internacionais - contribuições marxistas**. Cap. 9, p. 211-241. Rio de Janeiro, Contraponto/Anita Garibaldi, 2021.

PATTNAIK, Jajati K.; PANDA, Chandan K. China's Geo-Economic Interest In Africa: a short overview. **Journal Of Liberty And International Affairs Institute For Research And European Studies**. Skopje, v. 8, n. 2, p. 223-239, 2022. Disponível em: <https://e-jlia.com/index.php/jlia/article/view/608>. Acesso em: 15 jul. 2024.

PARKER, Sam; CHEFITZ, Gabrielle. Debtbook Diplomacy: China's Strategic Leveraging of Its Newfound Economic Influence and the Consequences for U.S. **Foreign Policy**. Washsigton, v. 1 n. 1 p. 1-25. 2018. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/be539fc1-6a2f-536a-b6a4-386c798128b7>. Acesso em: 13 jul. 2024.

PAUTASSO, Diego. O imperialismo como sistema complexo de dominação: uma abordagem a partir de Domenico Losurdo. In: PRESTES, Ana; PAUTASSO, Diego. **Teoria das Relações Internacionais: contribuições marxistas**. Cap. 4, p. 79-96. Rio de Janeiro: Contraponto/Anita Garibaldi, 2021.

PAUTASSO, Diego. **Imperialismo: ainda faz sentido na Era da Globalização?** São Paulo: Editora de Cultura, 2022.

PAUTASSO, Diego; CEPIK, M. Indo-Pacífico: entre a estratégia estadunidense e a resposta chinesa. **Pensamiento Propio**. Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 45-69. 2021. Disponível em: <https://www.cries.org/wp-content/uploads/2022/02/007-Pautasso-y-Cepik-ok.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024.

PAUTASSO, Diego; NOGARA, Tiago.; UNGARETTI, Carlos; RABELO, Ana. As três dimensões da guerra comercial entre China e EUA. **Carta Internacional**. São Paulo v. 16, n. 2, p. 1-23. 2021. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1122>. Acesso em: 15 jul. 2024.

PAUTASSO, Diego; NOGARA, Tiago; SOUZA, Ana.; DORIA, Gaio. A Nova Rota da Seda e o dilema de Xinjiang. **Estudos Internacionais**. São Paulo, v. 9, n. 4, p. 25-42. 2022. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/24535>. Acesso em: 15 jul. 2024.

POMFRET, John. China's Debt Traps around the World Are a Trademark of Its Imperialist Ambitions. **Washington Post**. Washington, 27 ago. 2018. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/news/global-opinions/wp/2018/08/27/chinas-debt-traps-around-the-world-are-a-trademark-of-it-s-imperialist-ambitions/?utm_term=.035f98944e79. Acesso em: 07 de setembro. 2023.

POMPEO, Michael R. Communist China and the Free World's Future. **U.S. Department of State**, Washington, 23 jul. 2020. Disponível em: <https://2017-2021.state.gov/communist-china-and-the-free-worlds-future-2/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

RAJAH, Roland.; DAYANT, Alexandre.; PRYKE, Jonathan. Ocean of Debt? Belt on Road and Debt Diplomacy in the Pacific. **Instituto Lowy de Política Internacional**. Sidney, 21 out. 2019. Disponível em: <https://apo.org.au/node/264261>. Acesso em: 07 de setembro. 2023.

RANA, Bickram; XIABAI, Ji. BRI's 'Debt Trap Diplomacy': Reality or Myth? **Nanyang Technological University Singapore**. Singapore, v. 39, n. 1, p. 3-25, 2020. Disponível em: <https://dr.ntu.edu.sg/handle/10356/144880?mode=simple>. Acesso em: 07 de setembro. 2023.

RAPPEPORT, Alan; BRADSHER, Keith. China's Lending Pullback Puts Belt and Road Dreams at Risk. **New York Times**, New York, 18 mai. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/05/18/business/china-loans-coronavirus-belt-road.html>. Acesso em: 15 jul. 2024.

ROUSSET, Pierre. Chinese ambitions - An imperialism in formation. **International Viewpoint**. Paris, 22 jul. 2014. Disponível em: <https://internationalviewpoint.org/spip.php?article3468>. Acesso em: 15 jul. 2024.

SAIS-CARI. Global DEBT relief dashboard. **SAIS-CARI**, Washington, 15 jan. 2021. Disponível em: <https://www.sais-cari.org/debt-relief>. Acesso em: 15 jul. 2024.

SANTOS, Theotonio. **A Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SAUNDERS, John. **Quem pagou uma conta?** São Paulo: Editora Record, 2008.

SHAIKH, Rizwan; CHEN, Chien. China's Debt Trap in Pakistan? A Case Study of the CPEC Project. **South Asia Research**, Londres, v. 41, n. 3, p. 399-414, 2021. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/02627280211040650?journalCode=sara>. Acesso em: 15 jul. 2024.

SHAOMIN, Xu; JIANG, Li. The Emergence and Fallacy of “China’s Debt-Trap Diplomacy” Narrative. **China International Studies**, Pequim. v. 81 n. 1 p. 69-84. 2020. Disponível em: <https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/chintersd81&div=7&id=&page=>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SINGH, Ajit. The myth of ‘debt-trap diplomacy’ and realities of Chinese development finance. **Third World Quarterly**. v. 42, n. 2, p. 239-25, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01436597.2020.1807318>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SUN, Yunpeng; LU, Zhou; BAO, Qun; LI, Ying; LI, Haoning. The Belt & Road Initiative and the public and private debts of participating countries: The role of China's economic policy uncertainty. **Structural Change and Economic Dynamics**, Amsterdam, v. 60, n. 1, p. 179-193. 2022. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0954349X21001612>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SUNDELL, Anders. Visualizing Countries Grouped by Their Largest Trading Partner (1960-2020). **Visual Capitalist**. 11 fev. 2022. Disponível em: <https://www.visualcapitalist.com/cp/biggest-trade-partner-of-each-country-1960-2020/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

THAROR, Ishaan. China’s debt traps around the world are a trademark of its imperialist ambitions. **Washington Post**, 27 ago. 2018. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/global-opinions/wp/2018/08/27/chinas-debt-traps-around-the-world-are-a-trademark-of-it-s-imperialist-ambitions>. Acesso em: 15 jul. 2024.

TURNER, Nicholas. **Is China an Imperialist Country? considerations and evidence**. Montreal: Kersplebedeb Publishing, 2015.

UNITED STATES. Department of Defense. **National Defense Strategy Summary 2018**. Washington, DC: Department of Defense, 2018. Disponível em: <https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2018-National-Defense-Strategy-Summary.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024.

WESTCOTT, Ben. China’s debt-trap diplomacy. **CNN**. New York. 15 maio 2018. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2018/05/15/asia/china-us-australia-debt-diplomacy-intl/index.html>. Acesso em: 15 jul. 2024.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: UNESP, 2011.

WORLD BANK. **International Debt Statistics 2022**. World Bank, Washington, 11 out. 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10986/36289>. Acesso em: 15 jul. 2024.

Funções de colaboração exercidas

Diego Pautasso:

Conceituação; Metodologia; Análise formal; Investigação;

Isis Paris Maia:

Conceituação; Metodologia; Análise formal;

Informações fornecidas pelos autores de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)